



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
20ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
CLÁUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.729, 16-01-1989  
Data da instalação: 19-05-1989  
Data de implantação do PJe: 24-3-2015**

Jurisdição: Belo Horizonte

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 18-9-2020, p. 2.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 22-11-2019

Às 13 horas do dia vinte e nove de setembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 13º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Fabiana Maria Soares**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Ângela Pereira Correia Dan; os servidores Ana Paula Santos Guilherme, Isabela Teixeira de Lima Araújo, João Guilherme Ferreira Marques, Juliana Armond Couto Marchetti, Luiz Paulo de Carvalho Serrano Júnior e Sylvia Maria Caldeira Brant e o estagiário Bruno Rodrigues Pereira. Ausente o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Cláudio Roberto Carneiro de Castro** e os servidores Marcelo Gonçalves Ribeiro e Rosemeire Alves de Carvalho, em férias regulamentares. Ausente, ainda, com causa injustificada, o servidor Jeimes Gadioli Arrais.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 558 processos, distribuídos neste ano até o dia 22-9-2020, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 49 cartas precatórias, dentre elas 29 executórias, até o dia 22-9-2020, das quais 23 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 633 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 256 processos foram remetidos neste ano até o dia 22-9-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 27 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 48 processos com perícia designada, aguardando laudo.



**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 316 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 73 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 17 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 6 processos sobrestados referentes ao Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

0002081-96.2013.5.03.0020

0000208-61.2013.5.03.0020

0001212-07.2011.5.03.0020

0002342-95.2012.5.03.0020

0001574-38.2013.5.03.0020

0000233-74.2013.5.03.0020

- 0010496/17, 0011547/17, 0011513/17, 0011464/17, 0011439/17: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010383/19, 0010623/19, 0010692/19, 0011141/16: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- 0010977/19: suspenso, pendente de outra ação.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.



**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 46,34, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

**1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	181
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	3
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	504
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	21

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

**Processos audiências não designada**

Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão que não possuem audiência designada.

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST



1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2012	1	8
2013	6	7
2014	32	6
2015	12	5
2016	33	4
2017	57	3
2018	56	2
2019	222	1
2020 – ano de referência	290	
TOTAL	709	1,32

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de setembro até o dia 22-9):



Processo
0002342-95.2012.5.03.0020
0000483-10.2013.5.03.0020
0001394-22.2013.5.03.0020
0001627-19.2013.5.03.0020
0001665-31.2013.5.03.0020
0002008-27.2013.5.03.0020
0002140-84.2013.5.03.0020
0000103-50.2014.5.03.0020
0000369-37.2014.5.03.0020
0000409-19.2014.5.03.0020
0000641-31.2014.5.03.0020
0000654-30.2014.5.03.0020
0000658-67.2014.5.03.0020
0000702-86.2014.5.03.0020
0000737-46.2014.5.03.0020
0000748-75.2014.5.03.0020
0000825-84.2014.5.03.0020
0000942-75.2014.5.03.0020
0001195-63.2014.5.03.0020
0001282-19.2014.5.03.0020

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	5
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	780
FASE LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	1
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	159
FASE EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	33
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	898



3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos	de
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0	
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0	
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0	
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	21	

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 52,78%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 1.313 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 857 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 456 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.
- d) 96 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 22-9-2020.

No ano 2019, até o dia 22-9 havia 1.436 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 955 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 480 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.



Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de setembro até o dia 22-9):

Processo	Classe
0030800-55.1994.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0078800-18.1996.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0066800-68.2005.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0174400-12.2009.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
0070500-52.2005.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
0071100-68.2008.5.03.0020	Consignação em Pagamento
0148400-43.2007.5.03.0020	Consignação em Pagamento
0039200-67.2008.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
0026300-86.2007.5.03.0020	Consignação em Pagamento
0001242-76.2010.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0061800-48.2009.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0000624-34.2010.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
0001308-56.2010.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0002277-37.2011.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0083700-15.1994.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0001036-57.2013.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
0001351-90.2010.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0001257-40.2013.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0000562-91.2010.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0001273-62.2011.5.03.0020	Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

	2019	2020
01-JANEIRO	86	87
02-FEVEREIRO	86	168
03-MARÇO	49	37
04-ABRIL	120	7
05-MAIO	128	11
06-JUNHO	147	43
07-JULHO	120	64
08-AGOSTO	164	37
09-SETEMBRO	104	17
<b>Totais</b>	<b>1004</b>	<b>471</b>



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
	3	6	2	2		1	1	1	
ANDRÉ BARBIERI AIDAR			35		3				
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES								16	
AUGUSTO PESSOA DE MENDONCA E ALVARENGA									3
CAMILA CESAR CORREA		15							
CLAUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO	84	147		5	8	42	49	16	1
FABIANA MARIA SOARES									13
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							14	4	
<b>Totais</b>	<b>87</b>	<b>168</b>	<b>37</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>43</b>	<b>64</b>	<b>37</b>	<b>17</b>

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	76	23
<b>02-FEVEREIRO</b>	93	70
<b>03-MARÇO</b>	73	33
<b>04-ABRIL</b>	110	38
<b>05-MAIO</b>	89	27
<b>06-JUNHO</b>	84	68
<b>07-JULHO</b>	89	73
<b>08-AGOSTO</b>	101	59
<b>09-SETEMBRO</b>	97	59
<b>Totais</b>	<b>812</b>	<b>450</b>

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 22-9-2020, existem 68 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.



Na pauta do dia 29-9-2020 havia 5 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos: 0010476/20, 0010483/20, 0010273/20, 0010360/20 e 0010364/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010360/20 e 0010364/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 23-9-2020, 285 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 109 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe 0010524/20, 0010540/20, 0010570/20, 0010233/20, 0010396/20, 0010321/20, 0010229/20, 0010481/20, 0010094/20, 0010458/20, 0010383/19, 0010623/19, 0010692/19, 0011141/16, 0010977/19, 0010496/17, 0011547/17, 0011513/17, 0011464/17, 0011439/17, 0010419/20, 0010398/20, 0010350/20, 0010340/20, 0010342/20, 0010475/20, 0010328/20, 0010494/20, 0010496/20, 0010448/20, 0010462/20, 0010384/20, 0010634/17, 0011305/17, 0011297/15, 0010552/20, 0010163/20, 0011030/19, 0011009/19, 0011039/19, 0010405/20, 0010288/20, 0010366/20, 0010558/19, 0010447/20, 0010954/19, 0010037/20, 0010723/19, 0010954/19, 0010736/19, 0010873/19, 0010870/19, 0010964/19, 0010413/19, 0010437/19, 0010177/19, 0010420/16, 0011261/16, 0010464/19, 0010146/18, 0010426/20, 0010444/20, 0010408/20, 0010199/20, 0010323/20, 0010214/20, 0010406/20, 0010486/20, 0010335/20, 0010270/20, 0010490/20, 0010357/20, 0010487/20, 0010564/20 e 0010370/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010419/20, 0010398/20, 0010350/20, 0010340/20 e 0010342/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010037/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d99d060 (mais de 10 dias);

- 0010736/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9f3abf2 (mais de 10 dias);



- 0010870/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a1288ea (mais de 10 dias);
- 0010413/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e28e2ff (mais de 20 dias);
- 0010177/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id aef6580 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos liquidados”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 14 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0011713-44.2016.5.03.0020	Audiência 14-12-20
0000871-10.2013.5.03.0020	Execução
0101900-45.2009.5.03.0020	Arquivado em 16-4-2015
0011381-14.2015.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0011292-88.2015.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0010151-58.2020.5.03.0020	Audiência 27-1-22
0011073-07.2017.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0010100-81.2019.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0010226-68.2018.5.03.0020	Liquidação
0171600-11.2009.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0001743-88.2014.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0010772-31.2015.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0010305-13.2019.5.03.0020	Liquidação



0001254-85.2013.5.03.0020 Execução

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000867-36.2014.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior
0011201-61.2016.5.03.0020	Execução
0002165-63.2014.5.03.0020	Audiência 30-3-21
0011360-38.2015.5.03.0020	Audiência 25-2-21
0011548-60.2017.5.03.0020	Audiência 10-12-20
0011465-15.2015.5.03.0020	Liquidação
0010981-97.2015.5.03.0020	Aguardando apreciação pela instância superior

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	22	20	54
Instrução processo físico	1.484	1.945	0
Instrução processo eletrônico	244	299	325

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	11	11	1º-12-20 - 41 dias
Procedimento Ordinário	11	11	2-12-20 - 42 dias
Instrução	364	276	21-2-22 – 300 dias



PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 22-9-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	479	349

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	152	135

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	45	2.688
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	288	708
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	4	3.036



Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	411
---	---	-----

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	53	64
<b>02-FEVEREIRO</b>	108	93
<b>03-MARÇO</b>	66	73
<b>04-ABRIL</b>	98	25
<b>05-MAIO</b>	102	47
<b>06-JUNHO</b>	86	28
<b>07-JULHO</b>	112	64
<b>08-AGOSTO</b>	126	78
<b>09-SETEMBRO</b>	78	48
<b>Totais</b>	829	520

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA	4	6	4	1					
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					2				
ANDRÉ BARBIERI AIDAR			67						
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES								45	3
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA									10
CAMILA CESAR CORREIA		7							
CLAUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO	57	77		24	42	24	38	13	
FABIANA MARIA SOARES									31
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		2	2		3	4		2	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							26	18	4
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	3	1							
<b>Totais</b>	64	93	73	25	47	28	64	78	48



No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	<b>Ano-2019</b>	<b>Média/dia útil</b>
Julgados procedentes	106	0,47
Julgados procedentes em parte	228	1,00
Julgados improcedentes	174	0,77
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>512</b>	<b>2,26</b>
Extintos sem resolução de mérito	32	0,14
Arquivamento	137	0,60
Desistência	25	0,11
Outras decisões sem exame de mérito	33	0,14
Total sem exame de mérito	227	1
Decisões de conhecimento	<b>729</b>	<b>3,26</b>
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	<b>254</b>	<b>1,12</b>
Decisões na fase de execução	<b>175</b>	<b>0,77</b>
<b>Total</b>	<b>1.168</b>	<b>5,1</b>



No ano de 2020, até o dia 22-9, com 165 dias úteis de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	22-9-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	66	0,4
Julgados procedentes em parte	99	0,6
Julgados improcedentes	75	0,45
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>165</b>	<b>1</b>

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em agosto de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	13	0,62
Conciliação em execução	12	0,57
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	9	0,43
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	29	1,38
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,05
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	12	0,57
Una/Una (rito sumaríssimo)	38	1,81
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>5</b>

No mês de agosto de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 32 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.



Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	18	21	2	2	2	1
<b>02-FEVEREIRO</b>	38	33	7	8	1	2
<b>03-MARÇO</b>	30	41	2	4	1	1
<b>04-ABRIL</b>	43	1	7	1	2	
<b>05-MAIO</b>	41	15	7		6	2
<b>06-JUNHO</b>	36	11	10	2	8	1
<b>07-JULHO</b>	36	29	13	2	4	6
<b>08-AGOSTO</b>	45	33	4	6	4	8
<b>09-SETEMBRO</b>	33	17	13	4	1	3
<b>Totais</b>	320	201	65	29	29	24

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					2			2	1
ANDRÉ BARBIERI AIDAR		1	43		2				
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES								27	
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA									2
CAMILA CESAR CORREA		5							
CLAUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO	20	29		2	10	10	20	5	
FABIANA MARIA SOARES									18
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		3	3		3	4	2	5	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							15	8	3
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	4	5							
<b>Totais</b>	24	43	46	2	17	14	37	47	24



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	84	62
<b>02-FEVEREIRO</b>	160	134
<b>03-MARÇO</b>	124	104
<b>04-ABRIL</b>	146	3
<b>05-MAIO</b>	155	11
<b>06-JUNHO</b>	124	47
<b>07-JULHO</b>	165	100
<b>08-AGOSTO</b>	140	105
<b>09-SETEMBRO</b>	162	82
<b>Totais</b>	1260	648

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS				1	2			4	3
ANDRÉ BARBIERI AIDAR			95						
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES								62	
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA									13
CAMILA CESAR CORREA		12							
CLAUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO	53	105			4	41	38	6	
ERICA APARECIDA PIRES BESSA					2				
FABIANA MARIA SOARES									58
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		5	9	2	3	4	2	12	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2	60	21	8
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	9	12							
<b>Totais</b>	62	134	104	3	11	47	100	105	82

Foram realizadas 90 audiências de 1º-9-2020 até o dia 25-9-2020 e designadas 22 de 28-9-2020 até do dia 30-9-2020. No mês de outubro de 2020 foram designadas 82 audiências.



Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

	2019	2020
<b>01-JANEIRO</b>	1228	1081
<b>02-FEVEREIRO</b>	1514	1542
<b>03-MARÇO</b>	1372	1130
<b>04-ABRIL</b>	1849	624
<b>05-MAIO</b>	2486	887
<b>06-JUNHO</b>	1861	1483
<b>07-JULHO</b>	2038	1420
<b>08-AGOSTO</b>	2354	1319
<b>09-SETEMBRO</b>	2143	924
<b>Totais</b>	16845	10410

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min e/ou 14 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções. As audiências semipresenciais serão realizadas a partir do dia 1º-10-20.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

## 5. PRODUÇÃO –

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Processos recebidos	816	976
Média por dia útil	3,6	4,3
Processos remanescentes do ano anterior	980	762
Sentenças anuladas	37	11
<b>Total de processos para solução</b>	1.833	1.749
Processos solucionados	1.112	1.110
Processos conciliados	331	7371
Produção	60,66%	63,46%



Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 19,61% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 2,80%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	174
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	520

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	520
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	568

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.



Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	202
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	391

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)**

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	785
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	526

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	931
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	386

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)**

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	526
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	386
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10



2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	785
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	931
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

**Perfil da Vara do Trabalho**
**Belo Horizonte - 20a Vara**

Indicadores / Período de referência		Ano 2019	1º trim 2020	2º trim 2020
		01/01/2019 a 31/12/2019	01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020
<b>Indicadores</b>	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,84	1,81	1,50
	I02 - Pendentes	1.801	1.802	1.859
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	28,89	5,56	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	290,08	315,68	349,84
	I05 - Prazo médio na	87,18	93,93	98,69



	liquidação (em dias)			
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.023,74	1.016,50	1.215,42
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,88	33,39	31,24
	I08 - Taxa de solução (%)	111,20	114,75	106,59
	I13 - Taxa de execução (%)	348,61	394,84	365,32
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	39,73	41,14	46,34
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	50,93	49,20	52,78
	I11 - Produtividade por servidor	199,10	200,50	170,10
	I12 - Pendentes por servidor	167,10	165,70	167,60
	Acervo	0,68	0,75	0,45
	Celeridade	0,39	0,42	0,48
<b>Meso</b>	Produtividade	0,48	0,46	0,48
	Congestionamento processual	0,56	0,56	0,63
	Força de trabalho	0,49	0,49	0,53
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,5232</b>	<b>0,5362</b>	<b>0,5145</b>
	Posição IGEST	130	132	127
	Movimentação processual	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$5.819.072,35	R\$2.271.459,42

**7. PORTARIAS** – De acordo com o a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.



**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 5 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

#### **10. Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,63% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 86,51%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 91,27%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual



de 80,66% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 47,55% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,06%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.**

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 177,52%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 124,22% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,43%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.**

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 84,03% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

es.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 86,51% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

**Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.**

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 290 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.



O percentual de cumprimento desta unidade foi de 191,19%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 344 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 173 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com



maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

3) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

4) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

5) verificados os andamentos dos 6 processos sobrestados com o Tema 739, listados no item 1.7 desta Ata, já julgados pelo STF, dando prioridade para julgamento aqueles que ainda não foram decididos e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

6) verificados os processos pendentes, na fase de conhecimento, até o ano de 2017, que deverão ser saneados e receber despacho próprio, no prazo de 20 dias, devendo a Secretaria da Vara providenciar certidão circunstanciada a ser remetida à Secretaria da Corregedoria;

7) empreendidos esforços para evitar os adiamentos das audiências designadas nos processos de Ação Civil Coletiva;

8) verificado o andamento do processo 0101900-45.2009.5.03.0020;

9) antecipada a data da instrução da Ação Civil Pública 0010151-58.2020.5.03.0020 para até abril de 2021, preferencialmente para a pauta do Exmo. Juiz Titular da Vara;

10) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

11) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;



12) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

13) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

14) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

15) envidados esforços para o cumprimento da Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

16) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

17) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

18) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo



II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653.0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que a recomendação abaixo não foi observada.

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores

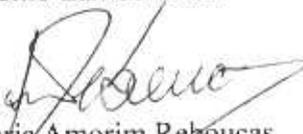


do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Exma. Desembargadora Corregedora determinou que seja realizada uma correição extraordinária na unidade judiciária, a ser agendada para dezembro/2020.

A Correição Ordinária é encerrada às 16h40min do dia vinte e nove de setembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 130, publicado no DJe 18-9-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

  
Ana Maria Amorim Rebouças  
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

  
Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria